

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 16 de novembro de 2021



Nesta edição:

- Senado debate NR 36, sobre Saúde e Segurança no Trabalho em Frigoríficos

## *CAS debate Norma Regulamentadora sobre Saúde e Segurança no Trabalho em empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados*

A **Comissão de Assuntos Sociais (CAS)** do Senado Federal **debateu a Norma Regulamentadora (NR 36), sobre normas de saúde e segurança no trabalho em frigoríficos.**

A audiência pública debateu a **necessidade de revisão e aperfeiçoamento da NR 36, considerando o novo cenário das normas regulamentadoras** no que se refere à avaliação de riscos, que antes considerava apenas o aspecto químico, físico e biológico, e, a partir da norma de gestão dos riscos operacionais, passou a contemplar as questões ergonômicas e os riscos de acidentes.

**Rafael Ernesto Kieckbusch**, Especialista em Políticas e Indústria da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, destacou a **necessidade de um sistema de melhoria contínua**, da incorporação de cenários atuais à norma, bem como de uma **análise minuciosa dos possíveis riscos, para viabilização de medidas preventivas**, destacando que **o novo modelo proposto para as NRs tem como objetivo reduzir custos relacionados à insegurança jurídica**, que são decorrentes tanto de questões técnicas como de dúvidas quanto à sua aplicabilidade, reduzindo-se judicializações desnecessárias.

**Romulo Machado e Silva**, Subsecretário de Inspeção do Trabalho do **Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)**, manifestou-se no mesmo sentido quanto à **necessidade de atualização em razão da mudança de paradigma, em que a revisão da norma deverá buscar ajustar as regras às mudanças no mundo do trabalho e harmonizar a NR-36 a normas como a NR-1, a NR-17** e outras normas sobre saúde e segurança ocupacional atualizadas pelo governo nos últimos dois anos, para alinhamento com os demais regulamentos.

Para os **Representantes dos Trabalhadores**, há necessidade de prorrogação do prazo para discussão da atualização da norma, não sendo a revisão a prioridade, e sim a discussão sobre a garantia de cumprimento da norma, devendo existir mais debates para produção de subsídios técnicos.

Por fim, o **senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a comissão**, concluiu pela necessidade de continuidade do diálogo, ampliando-se o debate, para que seja construída uma regulamentação adequada e segura.